

no Orçamento de 1941. É curioso notar, que, por intermédio do Ministério do Trabalho, a União despende, em números redondos, 131.000 contos de réis, a título de pagamento da sua contribuição para os Institutos e as Caixas de Aposentadoria e Pensões dos empregados em empresas particulares. Ha, portanto, uma perfeita equiparação entre o total dos créditos fixados pelo Estado para os encargos de Previdência Social e o das verbas que se destinam ao custeio do novo ministério.

A notícia da criação do Ministério da Aeronáutica foi recebida, naturalmente, em todo o país, com a maior simpatia.

Todos os brasileiros compreendem a oportunidade e o acerto da decisão tomada pelo eminente Chefe da Nação e depositam as suas esperanças na ação do Ministro Salgado Filho, que, mais uma vez, terá o ensêjo de demonstrar as suas notáveis qualidades de estadista, na concretização de uma das mais caras aspirações nacionais: o prestígio da aviação no Brasil. (A. V.)

O decênio do Governo do Presidente Getulio Vargas através a palavra dos seus ministros

As conferências dos titulares do Trabalho, da Agricultura, do Exterior e da Educação e Saúde

CONFERÊNCIA DO MINISTRO DO TRABALHO

A quinta conferência ministerial, da série organizada sob os auspícios do D.I.P., coube ao Sr. Waldemar Falcão, titular do Trabalho, e foi pronunciada a 17 de dezembro último.

O Ministério do Trabalho, conforme acentuou de início o Sr. Waldemar Falcão, constitui a primeira realização imediata do que o candidato da Aliança Liberal prometera em sua plataforma, lida na esplanada do Castelo. Fiel à sua palavra, o Sr. Getulio Vargas, uma vez investido no poder, tratou de tornar realidade, sem mais delongas, um dos pontos principais do seu programa de governo.

Não se poderia certamente levar por diante o plano de reformas políticas visado pela revolução — disse o orador — sem que se contasse com um ambiente de paz social. Por outro lado, seria impossível restaurar a economia brasileira, fortemente abalada pela crise mundial que teve seu início em 1929, sem que se contasse com uma atmosfera de tranquilidade e harmonia sociais. Foi isso precisamente o que compreendeu muito bem o Chefe do Governo Provisório, em 1930, ao lançar os fundamentos daquilo que se passou a chamar o Ministério da Revolução. Fê-lo, porém, com acen-

tuada prudência, sem quebrar o ritmo de equilíbrio entre o capital e o trabalho. E acrescenta o Sr. Waldemar Falcão: "É esse talvez o aspecto mais belo da obra politico-social do Presidente Getulio Vargas".

Passou o titular do Trabalho, em seguida, a examinar as realizações do Governo no seu Ministério. Mal delineada a estrutura da nova pasta, cuidou o Chefe do Governo Provisório de lançar os fundamentos da organização das classes patronais e operárias, o que foi feito mediante o decreto n.º 19.770, de março de 1931. Era o primeiro e decisivo passo para a criação dos sindicatos profissionais, que passariam a ter, na vida corporativa brasileira, papel de assinalado relêvo como instrumento de colaboração com o Estado. E de tal modo foi evoluindo a fisionomia social de nossas organizações sindicais, que seria possível, dentro de pouco tempo, assegurar às associações profissionais sua representação na Assembléia Nacional Constituinte. Mais tarde, promulgada a Constituição de 1934, inscrever-se-ia essa representação entre os princípios dessa carta política. Modificada a legislação social, em 1934, aumentou o número de sindicatos reconhecidos pelo Governo. Em 1939 o total de sindicatos era de 2.555, sem falar em 15 reuniões sindicais e 22 federações. Afim de possibilitar melhor adaptação das

organizações profissionais ao novo regime, foi assinado o decreto-lei n.º 1.402, de 5 de julho de 1939, dando aos sindicatos um sistema estrutural capaz de habilitá-los ao exercício das funções delegadas de poder público, previstas na Constituição.



No que diz respeito à proteção ao trabalho, o Sr. Waldemar Falcão enumerou todas as iniciativas do Governo: amparo dos trabalhadores nacionais, lei dos dois terços, nacionalização da Marinha Mercante, criação da carteira profissional do empregado, duração do trabalho efetivo nos estabelecimentos comerciais e industriais, (oito horas de trabalho), descanso semanal obrigatório, convenções de trabalho, lei de acidentes do trabalho, etc. Entre tantas outras, ainda, tivemos a lei n.º 62, de junho de 1935, que veio firmar o direito do empregado de permanecer no emprego, após dez anos de serviço efetivo, garantindo-se-lhe a possibilidade de receber do empregador uma indenização paga na base do maior ordenado percebido, desde que não exista prazo estipulado para a terminação do respectivo contrato de trabalho e quando for o empregado despedido sem justa causa. Cumpriria, entretanto, incluir na esfera de proteção ao trabalho, as mulheres e menores, cujas condições peculiares exigem cuidados especiais. E assim o fizeram os decretos ns. 21.417-A e 22.042, de 1932, consagrando os preceitos que sintetizam um alto aprêço pelos direitos da mulher e do menor, empregados nos estabelecimentos industriais e comerciais. Criaram-se ainda as Inspetorias Regionais do Trabalho destinadas a ser, nos Estados, os órgãos vigilantes para fiscalizar o cumprimento das leis trabalhistas e as Delegacias do Trabalho Marítimo, com a incumbência de exercer inspeção constante e instituir uma disciplina indispensável ao trabalho nos por-

tos brasileiros. A proteção e organização do trabalho, no Brasil, experimentaram assim um notável impulso, nesses dez anos que se integram de 1930 a 1940.

A seguir, entrou o Ministro a tecer comentários em torno da lei do salário mínimo, mostrando o cuidado que sempre teve o Governo de estabelecer preceitos modelares para essa matéria. A documentação recolhida foi das mais opulentas para o exame do economista e do sociólogo, e constitui um dos materiais mais curiosos do Museu Social do Ministério do Trabalho. Fixadas, depois, as tabelas de salário mínimo para cada uma das regiões do país, — disse o Sr. Waldemar Falcão — até agora são bastante confortadores os resultados colhidos pela aplicação da lei que as instituiu, sem qualquer abalo na estrutura econômica do país, demonstrando assim o acerto e a prudência com que o Governo adotou essa justa medida.

Depois de historiar a criação das comissões mixtas de conciliação, das juntas de conciliação e julgamento e outras medidas tomadas pelo Governo em benefício do trabalhador nacional, o titular da pasta do trabalho reportou-se à regulamentação da Justiça do trabalho em todo o país. A matéria representa um esforço dos mais notáveis pela adequada solução de um dos problemas capitais da política social do atual Governo.

No tocante ao seguro social, caberia ao Governo do Presidente Vargas — prossegue o ministro Waldemar Falcão — imprimir às instituições de seguro social no Brasil o surto admirável que elas já apresentam no atual momento.

País de incipiente formação da riqueza, com uma economia capitalista ainda muito superficial, a implantação do seguro social entre nós haveria por isso mesmo de se revestir de um aspecto essencialmente preventivo, pois que não se verificavam em nosso meio econômico os fenômenos de lutas reivindicadoras, a enfrentarem formações cristalizadas de riqueza e a defenderem postulados de pregação revolucionária com que se buscava aluir as injustiças e as desigualdades sociais.

O conferencista ilustra com cifras interessantes essa parte de sua exposição. Fala dos Institutos e das Caixas de Aposentadoria e Pensões, lembrando que, em 1923, quando se fundaram as primeiras Caixas, o número de associados ativos era de 22.991 contribuintes. Em 1929, quando se registou o pagamento dos primeiros benefícios, o número de associados se elevava a 140.435 ativos.

6.930 aposentados e 3.867 pensionistas. Em 1939, êsse número ascendia, respectivamente, a 1.835.916, 26.727 e 53.917. Perto de dois milhões de trabalhadores brasileiros se encontram, portanto, assegurados nas Caixas e Institutos, contra os diversos riscos sociais. Em 1930, a importância total de aposentadorias foi de 26.085:420\$4, de pensões, 3.790:388\$8, e de serviços médicos, 5.576:708\$579; em 1939: aposentadorias, réis 64.930:637\$6, pensões 25.936:630\$5 e serviços médicos 17.178:549\$6. A simples referência a êsses números, sem comentários, demonstra a grandeza e evidencia as proporções da assistência social que tanto tem contribuído para um ambiente de harmonia e justiça no nosso país. Verifica-se como é importante o papel desempenhado pela Previdência, no organismo econômico e social do país, e como interferem com os problemas basilares da nação os diversos aspectos sobre os quais se exerce sua atividade.

Referindo-se à aplicação das reservas nos Institutos de Previdência, cita o Sr. Waldemar Falcão a criação do Instituto de Resseguros do Brasil, de cujo capital de 30 mil contos são subscritoras as Instituições de Previdência Social no tocante a 70 por cento do mesmo capital. Os Institutos e Caixas concorrem ainda para o financiamento da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, adquirindo os bonus emitidos para êsse fim pelo mesmo banco.

O Sr. Waldemar Falcão aborda ainda o capítulo dos Seguros Privados e Resseguros e, em seguida, as iniciativas do Governo no tocante a vários outros setores da pasta do Trabalho, principalmente os da indústria e do comércio.

"Si se quizer exprimir, em traços marcantes, o balanço das transformações operadas no Brasil, neste fecundo decênio de Governo — diz o Sr. Waldemar Falcão — não se poderá deixar de tomar como ponto de referência, dos mais interessantes e decisivos, tudo quanto empreendeu e realizou o Ministério do Trabalho, nesse período".

Depois de mais algumas considerações nesse sentido, concluiu o ministro :

"Ministério que resume as mutações mais profundas do ambiente nacional, a êle cabe, desde os seus primórdios, e sobretudo no regime do Estado Novo, o papel inconfundível de integrar verdadeiramente as camadas mais remotas das massas trabalhadoras até as mais altas esferas das classes

produtoras, no ritmo harmonioso do amor e do devotamento do Brasil".

CONFERÊNCIA DO MINISTRO DA AGRICULTURA

A conferência seguinte, pronunciada a 20 de dezembro, coube ao titular da Agricultura.

Iniciando a sua palestra, o Sr. Fernando Costa passou em revista os recursos do solo nacional, dada a variedade de climas e as diferentes formações geológicas. Solo e sub-solo apresentam enormes possibilidades econômicas, dentro de um grande cenário em que a ação do homem técnico não pode deixar de se fazer sentir, para a racionalização das culturas, standardização dos produtos destinados à exportação e para outras múltiplas e complexas providências.

Em seguida, o Ministro tratou dos diversos aspectos das atividades do seu Ministério como órgão de fomento, proteção e defesa de nossa economia agrícola. Fez, depois, alusão às campanhas do Ministério em favor do aproveitamento racional da produção, afirmando que tudo quanto já se conseguiu levar a efeito é fruto da atual organização política, estruturada pela carta de 10 de novembro.

Continuando sua interessante exposição, o ministro Fernando Costa passou a enumerar, detalhadamente, os trabalhos realizados pelos diversos departamentos de seu Ministério, em seus diferentes setores e relacionados com a agricultura, a pecuária e a mineração. Essa exposição evidenciou, de modo satisfatório, a tarefa fecunda que vem sendo realizada pelo Governo na pasta da Agricultura, que, pode-se dizer, é agora, uma verdadeira usina de trabalho na qual todos os seus operários empregam o melhor de seu entusiasmo, em benefício do progresso econômico do país.

Mereceram especial referência do titular da Agricultura as instalações dos diversos serviços e estabelecimentos de ensino, construídos nestes três últimos anos. Em primeiro lugar, pode-se citar a Escola Nacional de Agronomia, que está sendo edificada na estrada Rio-São Paulo. Trata-se de uma das maiores realizações do Ministério, grandiosa pelo seu aspecto arquitetônico e pelas instalações projetadas. A sua localização se adapta perfeitamente à política de colaboração com o Ministério da Viação no que diz respeito à Baixada

Fluminense, cujas terras saneadas deverão constituir o futuro celeiro do Distrito Federal.

A iniciativa da construção dos entrepostos, por outro lado, vem resolver o importante problema da conservação dos produtos alimentícios de fácil deterioração e a sua distribuição regular aos consumidores internos e externos, não só em boas condições de sanidade, como também a preços razoáveis. Por esse motivo, o Governo determinou a construção, nesta capital, dos entrepostos de Pesca e de Aves e Ovos, além do de frutas e legumes. E o Ministro, continuando, referiu-se, com minúcia, a todas as construções já executadas e em andamento pelo Ministério da Agricultura. E entre as centenas de edificações salientam-se as das estações experimentais de piscicultura, em Pirassununga e Porto Alegre; a de uma fábrica para o aproveitamento do cação, em São Luiz, no Estado do Maranhão; a do Instituto de Ecologia Agrícola e do Instituto de Experimentação, em Santa Cruz, Distrito Federal; as das estações experimentais de trigo, em São Paulo, no Paraná, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais; as das estações experimentais e campos de sementes de plantas textéis, no Rio Grande do Norte, em Sergipe, Pernambuco, Minas Gerais e na Paraíba.



Revelou o Ministro que o Brasil tem hoje, no algodão, seu segundo produto na escala de exportação, após o café, contribuindo com réis 1.106.869:000\$0, correspondentes a 7.708.000 libras ouro, em 1938.

Voltando a tratar das novas edificações de iniciativa do Ministério, o Sr. Fernando Costa citou ainda a da Usina de Ipanema, em São Paulo, destinada ao tratamento e produção de superfosfatos, empreendimento esse que resolve economicamente o problema de fornecimento de adubos fos-

tatados aos lavradores nacionais; a da Estação de Ensaios e Máquinas, em Santa Cruz, graças à qual será possibilitada a adoção de tipos de máquinas agrícolas que melhor consultem os interesses dos serviços do Ministério e também dos lavradores, além de proporcionar aos alunos da Escola de Agronomia e do Aprendizado Agrícola, na mesma zona localizados, estudos teórico-práticos de mecânica aplicada e aprendizagem conveniente do manejo das máquinas. Citou ainda o titular da Agricultura outras construções, entre as quais cumpre salientar a da Estação de Investigações fito-sanitárias, em São Bento, no Estado do Rio; a dos parques Nacionais de Iguassú e Itatiaia, analisando de modo claro e seguro suas finalidades e vantagens; a das Fazendas Experimentais de Criação e outras dependências do Departamento Nacional da Produção Animal, em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul, em Mato Grosso, em São Paulo e no Estado do Rio; e das Estações Experimentais de Sericultura, nos Estados do Ceará e Paraíba; a do Serviço e Instituto de Meteorologia, que está recebendo o aparelhamento mais moderno para melhor se desincumbir de sua tarefa; e das sedes das dependências do Ministério em diversos Estados, etc.

O ministro Fernando Costa acentuou, em seguida, que o Ministério da Agricultura sempre se norteou por uma distribuição equitativa, entre os Estados, dos benefícios tendentes ao desenvolvimento de nossas forças econômicas. Deu vários exemplos para concluir, neste particular, que poucos Estados aguardam a oportunidade de serem contemplados nos benefícios distribuídos pelo Ministério.

Os diversos Departamentos e Serviços de Agricultura mereceram destaque especial na Conferência do Sr. Fernando Costa, que lhes traçou, em linhas gerais, a estrutura, mostrando ao mesmo tempo como cada um deles desenvolve a sua atividade, no conjunto das tarefas que cabem ao Ministério. Assim, foram passados em revista o Serviço de Proteção aos Índios, o Laboratório Central de Enologia, o Departamento de Produção Vegetal, o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônomicas, o Serviço Florestal, o Departamento Nacional de Produção Mineral, o Departamento Nacional da Produção Animal, o Serviço de Fiscalização do Comércio de Farinhas, o Serviço de Economia Rural, o Serviço de Meteorologia, o Ser-

viço de Estatística da Produção, o Serviço de Informação Agrícola, o Departamento de Administração, etc.

Nas atividades desses Departamentos e Serviços se destacam os trabalhos de pesquisa para a descoberta do petróleo, finalmente coroados de êxito em Lobato; a fiscalização e padronização das farinhas, evitando a drenagem de ouro para o estrangeiro, a cultura do trigo nacional, etc.

O titular da Agricultura terminou essa conferência salientando o apôio decidido e eficaz do Presidente Vargas, que tem fornecido à sua pasta todos os recursos necessários ao êxito de seus empreendimentos. Mostrou-se grato também com a colaboração de seus funcionários.

De modo seguro e exato, a exposição do Ministro Fernando Costa veio revelar ao país as grandiosas realizações do atual Governo, que transformou, em seu fecundo decênio de administração, a economia nacional, fortalecendo-a com a criação de numerosas riquezas e intensificação das que já eram exploradas, devendo ser ressaltada a melhoria da produção brasileira, desde os processos de cultivo e colheita até a classificação, padronização e embalagem dos vários produtos. Nesse setor, os gêneros alimentícios e matérias primas brasileiras ganham aceitação nos mercados, cada vez mais valorizados.

E assim, baseado no desenvolvimento racional da produção agro-pecuária e extrativa, como fundamento do verdadeiro industrialismo, marcha firmemente o Brasil para a sua emancipação econômica.

CONFERÊNCIA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

No dia 23 de dezembro, o Ministro Oswaldo Aranha deu conta das atividades governamentais na sua pasta, nestes últimos dez anos. Inicialmente, o conferencista fez ressaltar que considerou sempre, como devem considerar todos os brasileiros, uma nobre missão a de trabalhar à sombra do Itamarati, viver as suas tradições e compartilhar as suas responsabilidades. Não tem o nosso país — disse — atalaia mais alta na sua história de benemerências, nem deu outro povo mais forte lição de pacifismo e de devoção à justiça do que a que consta dos anais diplomáticos do Brasil.

A diplomacia brasileira, nas palavras do titular do Exterior, é a escola da paz, a organização

da arbitragem, a política da harmonia, a prática da boa vizinhança, a igualdade dos povos, a proteção dos fracos, a defesa da justiça internacional, enfim, uma das glórias mais altas e puras da civilização jurídica universal. A ela deve o nosso povo a parcela maior de sua grandeza, a configuração de suas fronteiras imensas, a confiança dos demais povos e, mais que tudo, o uso e gozo da paz em que temos vivido os brasileiros, mesmo nos períodos de convulsão por que tem passado o mundo.

O ministro relembra Joaquim Nabuco para dizer, em seguida, que passado mais de um quarto de século de sua sábia e profética apreciação, na qual a coerência da política internacional do Brasil se revê e retrata com orgulho para todos nós, o Presidente Getúlio Vargas, inaugurando o seu governo, reafirmou essa orientação da diplomacia brasileira, em palavras que devem ser sempre lembradas e repetidas:

“O Brasil trabalha e produz, economiza e progride, mantém-se fiel aos seus compromissos e procura cooperar para tudo quanto possa facilitar o entendimento econômico e político dos povos e afastar as causas do mal-estar social que caracteriza esta fase dramática do mundo contemporâneo.

O nosso espírito de cooperação é instintivo e fundamental da nossa raça, como o provam numerosos fatos da vida internacional; o nosso idealismo, a nossa confiança nos princípios imutáveis da justiça, a nossa fé na arbitragem para a solução pacífica dos conflitos entre Estados são finalidades inatas da nossa coletividade.

Com esses atributos essenciais do espírito brasileiro, encaramos com confiança o futuro e estaremos sempre dispostos a colaborar com todos os povos para a organização de uma sociedade internacional mais humana e, por isso mesmo, mais feliz”.

O decênio da Revolução de Outubro, que aqui comemoramos — prossegue o Sr. Oswaldo Aranha — não só pôs em prática, através do Itamarati, essas generosas idéias de ordem universal anunciadas pelo seu chefe ao traçar, em 1930, a política internacional do seu governo, como deu a essa política, sem quebra de fidelidade às tradições diplomáticas brasileiras, um grande, fecundo e renovador sentido continental.

O conferencista relembra, ainda, a esse propósito, as palavras do Chefe do Governo Provisório, pronunciadas na instalação solene da Assembléia Constituinte.

A mesma orientação foi confirmada pelo Chefe do Governo, quando da visita do Ministro Cantillo ao Brasil.

Esta atitude do Brasil, graças ao espírito político de seu chefe e à diretriz que imprimiu a nossa vida exterior, tornou possível a transformação do panamericanismo, que, das fórmulas vagas e unilaterais de há dez anos atrás, caminhou, através de uma série de atos em que preponderou a ação ou a participação do Brasil, para essa maravilhosa "unidade espiritual e política que hoje existe no continente", para essa marcha da América, sem que nada a possa deter, no sentido de uma organização continental própria e defensiva, que jamais foi dado ao resto do mundo realizar.



A outra guerra encontrou os povos americanos desentendidos, direi mesmo, separados.

Esta, qualquer que seja o seu desenlace, veio e virá encontrar a América unida e emancipada, disposta a buscar em si mesma, nos meios de que dispõe, e no próprio continente, a sua salvação.

Esta situação privilegiada da América neste instante — afirma o Sr. Oswaldo Aranha — é, em grande parte, obra da visão, da compreensão e da ação pan-americanas do Presidente Getulio Vargas.

Continuando, afirma o Ministro que o Brasil é parte integrante da América e seu destino está fatalmente ligado ao do continente americano. E em seguida a essa afirmação, mostra o sentido americano da política que devemos manter. A defecção do Velho Mundo, incapaz de retirar do seu pensamento fatigado a formação vigorosa que harmonize as idéias e os interesses em conflito, é, ao mesmo tempo, um apêlo à América. A América está preparada para responder a êsse apêlo. A unidade continental, razão de sua força, não é um mero fato material ou intrínseco decorrente de sua

integridade, mas a unidade que resulta de um mesmo ponto de vista, de uma mesma interpretação e concepção da vida, que constituem a essência do ser americano.

Há nos povos americanos — continua o conferencista — certas características que formam a substância espiritual da América e que encontram a sua razão de ser nas circunstâncias que contribuíram para a sua formação. Uma dessas características essenciais consiste no respeito pelo indivíduo, considerado como fonte de que emana todo bem e cujo aperfeiçoamento justifica a existência das instituições do Estado.

Nessa concepção reside a verdadeira democracia, traço inconfundível de todos os países do continente, sejam quais fôrem as suas formas de governo, que as necessidades do momento determinem, em busca de um equilíbrio entre a liberdade e a autoridade.

Quando a vida coletiva apenas se esboçava nesta parte do mundo, muito antes que as tendências sociais constituíssem uma preocupação dos espíritos, já êsse respeito ao ser humano existia em germe nas nossas instituições principiantes, emprestando uma feição própria à civilização americana, que acredita na perfectibilidade do homem e se empenha em proporcionar-lhe os meios para o desenvolvimento de suas faculdades.

Essa feição humanista e essencialmente cristã da civilização americana ainda mais se acentuou com os tempos, em consequência das grandes migrações colonizadoras realizadas no século XIX, de que saíram os povos americanos, resultantes da fusão de numerosos elementos étnicos e constituindo o que um etnógrafo chamou a raça cósmica. Êsse é o motivo pelo qual a América repudia todo e qualquer sistema visando introduzir a idéia racial no conceito de civilização. O contrário importaria em negar a sua própria essência, além de violentar seus interesses vitais, pois em grande parte a América ainda é um continente aberto à colonização.

Si passarmos ao plano das relações internacionais, encontraremos o mesmo apêlo aos valores morais, a mesma vontade de subordinar as atividades humanas a uma idéia moral, exteriorizando-se no culto do direito tão característico dos povos americanos. E' menos, porém, o culto do direito pelo direito, ou a aceitação da norma jurídica como finalidade, do que a preocupação em criar uma ordem em que o indivíduo, no campo da

ação privada, e a soberania do Estado, no campo das relações internacionais, se cerquem de todas as condições para cooperar harmoniosamente pelo bem comum.

O mundo não é feito de seres isolados mas de seres que se coordenam como parte de um todo, e isso, tanto nas sociedades nacionais como na internacional. Daí o respeito que merece a contribuição de cada um, seja ele indivíduo ou nação, pois é da dádiva de cada um que é feita a harmonia do conjunto.

A consciência americana, que nunca aceitou a categoria de senhor e escravo, repudia igualmente a hegemonia de uma nação sobre outras, pois todas têm um mesmo direito à existência, todas têm uma missão a desempenhar na ordem universal. A igualdade entre as soberanias, o não reconhecimento das conquistas feitas pela violência, a não intervenção de um Estado nos negócios da esfera interna de outro são princípios que derivam naturalmente da maneira de considerar a personalidade humana própria dos povos deste continente.

A força moral da América reside nessa conformidade dos povos americanos a um ideal de vida que estão prontos a defender com todos os meios e recursos de que dispõe o continente.

Só o fator humano está representado na América por 280 milhões falando apenas três línguas, duas das quais muito semelhantes, o que facilita a formação de uma consciência comum, à qual não sobressalta a existência de minorias.

O titular do Exterior passa, depois, em revista os recursos econômicos da América, na amplitude de todos os climas, para concluir afirmando que a América, bastando-se a si mesma, pode ainda suprir o mundo, porque ela trabalha, produz, inventa e ganha mais do que todo o resto do mundo.

Colônia de quase todos os povos europeus, a terra americana sempre foi mais forte do que as raças. A geografia física da América acabou por dominar a geografia política da Europa. As raças velhas ao contacto da terra nova transformaram-se em novas raças e em nações novas, com características nacionais próprias, com o coração e os músculos e os sentimentos feitos de outro barro, de outro calor, de outra vida e, sobretudo, de outras aspirações.

Cumpre-nos — afirma o conferencista — por solidariedade humana e até por gratidão para com os nossos antepassados, preparar material e moralmente a América para voltar a desempenhar na

história sua função providencial na hora crítica da vida dos povos.

A guerra européia — diz mais adiante — é, apenas, o episódio inicial de uma revolução econômica e social de extensão imprevisível.

Terminando a sua conferência, o Sr. Oswaldo Aranha o fez com as seguintes palavras :

"Si as circunstâncias atuais determinarem, os povos americanos, como é de esperar, marcharão para uma organização continental capaz de resguardar e proteger os nossos destinos e até mesmo os universais.

Mas esta colaboração de povos não exclue, antes implica o reconhecimento da originalidade de cada um, pois é da soma dessas características que é feita a grandeza da América. Assim também, a paz que a América deseja e se esforça por manter com todas as suas energias não é a paz da estagnação e do sacrifício dos seus direitos e aspirações, nem a que procura neutralizar as tendências vivas da nação, mas sim a paz que deixa a cada povo a liberdade de desenvolver o seu gênio e prefere a guerra a ter de abdicar de sua dignidade.

A paz, nestas horas, é tão grave para os povos quanto a guerra, porque a interdependência universal faz com que os direitos e destinos dos neutros estejam quasi tão ameaçados como os dos beligerantes. A neutralidade não assegura a paz e menos ainda protege contra os malefícios da guerra.

A guerra, como disse com grande acerto o general Dutra em seu magnífico discurso de Saycan, ganha-se na paz.

Pois bem, meus senhores, estamos vivendo esta paz na qual preparamos a vitória ou a derrota da nossa civilização.

Está, assim, em nossas mãos, pela união dos povos americanos, mas mais do que tudo, pela união do povo brasileiro e pelo fortalecimento econômico, político e militar do Brasil, ganharmos a paz, derrotando a guerra".

CONFERÊNCIA DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

O titular da Educação ocupou a tribuna do Palácio Tiradentes no dia 7 de janeiro último. Iniciando a sua palestra, o Sr. Gustavo Capanema fez um estudo panorâmico da situação do Brasil de antes de 1930 e dos princípios que nortearam a

criação do Ministério da Educação e Saúde Pública. Aludiu à sentença que afirmava ser no Brasil tudo grande, exceto o homem, para declarar que o Presidente Getúlio Vargas teve como uma das suas preocupações a criação daquele Ministério, que visava cuidar da saúde e da educação do homem, arrancando-o do abandono e do esquecimento, afim de torná-lo um elemento dinâmico dentro da construção nacional.

Preveniu o Ministro que, dada a complexidade dos serviços do seu Ministério e, consequentemente, a impossibilidade de abordar todos, dentro dos limites de uma conferência, passaria a tratar apenas dos principais, dos mais importantes. E poderia, desde logo, anunciar que o seu Ministério se preocupava, neste momento, por dar ao país dois instrumentos que reuniriam, num corpo de doutrinas, de bases, de princípios, a ação relativa à educação e saúde em todo o Brasil. Referia-se o conferencista ao Estatuto da Educação e ao Estatuto da Saúde.

Passou, em seguida, a falar sobre a orientação que preside à elaboração do código nacional da educação.



Até à Revolução de outubro — disse — o ensino primário não foi considerado um problema nacional. Entregue, no Império e na República, à direção e aos cuidados dos governos locais, desenvolveu-se ou retardou-se, teve boa organização ou permaneceu sem ordem e sem rumo, conforme as possibilidades e os pontos de vista, conforme o interesse ou a capacidade desses mesmos governos.

O resultado dessa política foi que o ensino primário, justamente o ensino destinado ao povo brasileiro em geral, precisamente o ensino a que deve caber a formação do cidadão, ou melhor, a formação de um estado de consciência nacional, não se desenrolou satisfatoriamente em quantidade e

em qualidade, mesmo nas regiões onde mereceu maiores cuidados da administração pública, e não chegou a ter nunca uma estrutura, um conteúdo, um colorido, um sentido uniforme e coerente, não chegou a ser jamais, na forma e no fundo, um ensino nacional.

A Revolução de Outubro, vitoriosa sob o signo da unidade nacional, tinha que mudar o rumo dessa estranha política, causadora a um tempo da desunião e do analfabetismo.

O Governo Provisório, cômico de que o que havia de mais urgente no problema era promover o desenvolvimento da educação primária, aumentando rapidamente o número de escolas e buscando, na medida do possível, melhorar-lhes o teor, determinou, desde logo, por força do decreto que traçou normas à administração local, e que veio a ser conhecido por código dos interventores, a aplicação obrigatória de dez por cento, no mínimo, das rendas estaduais nessa modalidade de educação.

A providência legislativa, a atitude do Presidente apontando o problema mais de uma vez nos seus discursos, o estado de espírito que se formou em torno da educação e que veio a refletir no instrumento constitucional de 1934, produziram resultados felizes.

O ensino primário, que quasi não progrediu no período imperial, que teve desenvolvimento irregular, pouco satisfatório em muitos pontos do país, na primeira fase da República, tomou, no decênio posterior à Revolução de Outubro, um admirável incremento.

O titular da Educação passou a citar cifras bastante demonstrativas dessa afirmação.

As estatísticas indicam ainda — afirmou o Ministro — além desse progresso quantitativo, notável elevação da qualidade do ensino em grande número de escolas primárias do país.

Um século de descuido ou de inconsciência agravou o problema do nosso ensino primário. Mau grado o enorme esforço realizado no último decênio, difícil e custoso é ainda o trabalho por fazer. A primeira providência deverá consistir na organização nacional do ensino primário, visando dar unidade espiritual aos vinte e dois sistemas existentes no país. Por outro lado, a rede escolar primária deverá, em pouco tempo, bastar ao número de nossa população infantil, e ainda ficar dotada das qualidades pedagógicas convenientes à

preparação para a vida, isto é, para as exigências do trabalho e do serviço da pátria.

Quanto ao ensino secundário, afirmou o Ministro que o Governo Provisório o encontrara em penosa situação.

E' preciso reconhecer a preocupação dos governos anteriores, com relação a esta modalidade de ensino. E' conhecido o interesse dado pelo Império, e principalmente pela pessoa do segundo Imperador, ao estudo das humanidades. São, por outro lado, dignos do maior aprêço os esforços dos reformadores do período republicano, antes da Revolução de Outubro.

Não obstante as tentativas, os planos e os trabalhos empreendidos, nunca chegou a ser de primeira ordem o nosso ensino secundário.

Com o decurso do tempo, a situação não melhorou. Parece mesmo ter piorado.

Imensa foi assim, disse o orador, a tarefa que, no terreno do ensino secundário, se ofereceu ao Governo Provisório em 1930. Era preciso agir, a um tempo, contra a escassez e a insignificância dêste ensino. Era necessário aumentar-lhe a quantidade e dar à sua qualidade uma elevação maior.

A reforma, preparada pelo ministro Francisco Campos e submetida à poderosa visão política do Presidente Getulio Vargas, foi desde logo decretada.

A legislação nova deu ao ensino secundário bases seguras, diretrizes certas; criou o processo de seu desenvolvimento, de sua rápida difusão pelo país, e articulou um sistema de medidas destinadas ao seu proveitoso funcionamento.

Executada com firmeza e critério, durante um decênio, essa legislação, que inaugurou entre nós uma nova era para o ensino secundário, trouxe, sob todos os pontos de vista, resultados da mais alta e valiosa significação.

De ensino de luxo, antes de 1930, somente acessível aos privilegiados, o ensino secundário foi posto ao alcance das classes populares menos favorecidas, por toda parte. A matrícula cresceu admiravelmente: de 37.600 alunos, em 1931, passou a ser de 148.400, atualmente.

O Ministro examinou, ainda, nesse particular, a situação dos colégios, do corpo docente, do regime escolar, dos exames, etc.

Não obstante uma série enorme de fatores, inclusive o da crise por que passa hoje o ensino secundário em quasi todos os países de formação cultural definida, foi notável a obra realizada no

Brasil neste último decênio. A educação secundária é hoje um serviço sistemático montado em todo o país, e a experiência colhida, com cuidado e vigilância, vai servir de segura base à reforma que ora se empreende, com o objetivo de corrigir as lacunas, os vícios, os defeitos verificados, e de tornar cada vez mais ampla e segura a educação secundária.

O conferencista abordou, depois, em linhas gerais, os vários problemas do ensino superior, do ensino profissional, da educação física, do ensino artístico, da educação dos anormais, da educação moral, da educação cívica e insistiu particularmente na orientação dada pelo Governo à educação nacional.

Disse que, desde o Governo Provisório, a escola tem sido considerada, não apenas como um centro de transmissão de conhecimentos, mas de preparação completa, integral do homem. Mas, apesar de a escola ter sido elevada a êsse nível, ministrando aos jovens o preparo intelectual, a educação física, a moral e a cívica, o Governo reconhece, como fatores fundamentais da educação, a família e a religião. E para elas apela na tarefa de preparação do homem que empreendeu.

No tocante à educação cívica, focalizou a organização da Juventude Brasileira, instituição de caráter nacional, que colabora ativamente com a escola, de modo a preparar a juventude para a defesa da pátria, não só na eventualidade dos horrores de uma guerra de potências, mas também, e principalmente, para defender as nossas tradições da guerra civil, disseminada por todo o mundo, isto é, da guerra de idéias, de princípios e de culturas. A juventude será educada para o trabalho e para a criação intelectual, para a paz e para a guerra, para a alegria e para o sacrifício.

Passando ao problema da saúde, que considera o mais importante na preparação do homem, o Ministro Gustavo Capanema referiu-se aos ingentes esforços e às notáveis realizações do Governo para livrar o Brasil das endemias que nos assolam.

Rememorou os empreendimentos mais importantes da campanha contra a lepra, campanha de significação extraordinária, que congrega simultaneamente os esforços e os recursos do Governo federal, dos Governos estaduais e municipais e dos particulares. Teve palavras de caloroso elogio às sociedades de defesa contra a lepra, em funcionamento em todos os Estados, sob o contrôlo nacio-

nal da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra, cujo esforço constitui motivo de orgulho para os brasileiros.

Tratou ainda da tuberculose e da malária, mencionando os vultosos recursos despendidos pelo Governo no combate a essas endemias, atacadas sistematicamente em todo o país.

Referiu-se também o conferencista à febre amarela e a peste, calamidades que incompatibilizavam o Brasil no conceito do mundo e que já desapareceram, graças à ação enérgica e tenaz do Governo no último decênio.

Outro ponto focalizado pelo Ministro da Educação foi o que se refere à política de proteção à maternidade e à infância, que vem sendo orientada de maneira sistemática, com os resultados mais animadores. Ressaltou a importância capital da defesa do organismo da criança, pelo tratamento

adequado e pela alimentação racional, porque disso depende a formação do homem sadio, apto para o trabalho, para os labores da inteligência e para o serviço militar, apto, em suma, para a defesa da pátria e para o seu engrandecimento.

Rememorou as realizações do Governo no tocante ao problema da nutrição, seja através do Ministério da Educação, seja através das pastas da Agricultura, do Trabalho, da Guerra e da Marinha, lembrando que esse problema está intimamente relacionado com o da proteção à maternidade e à infância, como complemento deste.

Terminou o Sr. Gustavo Capanema a sua conferência, declarando que a grande obra empreendida e, em grande parte, já realizada, é fruto do gênio político, o que explica ter sido ela concebida e executada sob a alta inspiração do Presidente Getúlio Vargas, que é um político de gênio.

O Interventor no Amazonas visita o DASP

Decorridos pouco mais de quatro anos da Lei do Reajustamento, que traçou as linhas gerais da estrutura do Serviço Civil brasileiro, já se evidencia a excelência dos primeiros frutos das reformas empreendidas.

Não é de estranhar, portanto, o interesse que hoje se observa em todos os quadrantes do país, pela obra de reorganização que vem sendo realizada, em seguimento às normas inicialmente delineadas.

Ontem, eram os Estados de Goiás, do Pará e da Paraíba que solicitavam a cooperação do DASP para a reorganização dos serviços públicos regionais; hoje, seguindo a mesma diretiva, outras unidades da Federação cuidam igualmente da sistematização dos seus órgãos administrativos, dentro dos moldes traçados para os serviços públicos federais.

Já se tornou praxe, assim, por parte das altas autoridades estaduais, observar de perto a estrutura e o funcionamento do DASP e examinar as possibilidades de adaptação de seus métodos aos organismos locais.

A 16 de janeiro findo, o DASP recebeu a visita do Sr. Álvaro Maia, Interventor Federal no Estado do Amazonas. S. Excia. fez-se acompa-

nhar do Sr. Jorge Andrade, assistente técnico do seu governo.

Acompanhados do Sr. Luiz Simões Lopes, Presidente do DASP, e do Sr. Moacyr Briggs, Diretor da Divisão de Organização e Coordenação, os visitantes percorreram as diversas Divisões e Serviços Auxiliares, seguindo com grande interesse as explicações que lhes eram dadas sobre o funcionamento e as atividades de cada setor.

A visita iniciou-se pela Divisão de Organização e Coordenação, onde o Sr. Moacyr Briggs passou em revista, perante os visitantes, as diretrizes que vêm norteando as reformas administrativas ultimamente postas em prática.

Na Divisão do Funcionário Público, visitada a seguir, o Sr. Paulo Lyra, seu Diretor, prestou todos os esclarecimentos sobre a tarefa a ela afeta, de controle de todos os atos relativos aos funcionários públicos federais.

Em seguida, os visitantes dirigiram-se à Divisão do Extranumerário. Ali o seu diretor, Sr. Mário Bittencourt Sampaio, teve ensejo de demonstrar-lhes, através de fichários, gráficos, etc., como se exerce um rigoroso controle do movimento do pessoal extranumerário da União.